

DOSSIER

Perspectivas sobre isolamento, contato e resistência dos povos Tupi na Amazônia brasileira - Parte II

Perspectives on isolation, contact and resistance of Tupi peoples in the Brazilian Amazon - Part II

organizado por/

Daniel Cangussu

Laura Furquim

Leonardo Viana Braga



Foto: Daniel Cangussu, 2017

Clóvis Guajajara aponta para tirada de mel de povo isolado awá-guajá". Terra Indígena Arariboia.

Abertura da Parte II - Um ano de governo Lula e as principais dificuldades no apoio às políticas voltadas aos povos isolados e de recente contato

Opening Part II - One year into the Lula government and the main difficulties in supporting policies for isolated and recently contacted peoples

Leonardo Viana Braga¹
ORCID: 0000-0001-6332-5345

Daniel Cangussu²
ORCID: 0000-0001-5744-6319

Laura Pereira Furquim³
ORCID: 0000-0001-8425-3125

DOI: 10.26512/rbla.v15i1.51944

Recebido em novembro/2023 e aceito em dezembro/2023

Passado um ano desde a publicação da primeira parte desse dossiê, esta segunda parte é recepcionada por um Brasil que vive momento político bastante distinto daquele. Em resposta à política declaradamente anti-indígena que prevaleceu durante os anos de governo Bolsonaro, o presidente eleito, cumprindo uma promessa de campanha, criou o Ministério dos Povos Indígenas e nomeou a deputada eleita Sônia Guajajara para o cargo de Ministra. Outras lideranças do movimento indígena nacional foram nomeadas para cargos públicos, sendo os de maior importância, as presidências da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – Funai – cujo nome foi alterado – e da Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai ocupadas respectivamente por Joênia Wapixana e Ricardo Weibe Tapeba.

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, PPGAS/USP, e Assessor do Programa Zo'ê do Iepé - Instituto de Pesquisa e Formação Indígena. E-mail: leovianabraga@gmail.com.

2 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre da Universidade Federal de Minas Gerais, PPG-ECMVS/UFMG, e auxiliar em indigenismo da Frente de Proteção Etnoambiental Madeira-Purus, FPE-PM/Funai. E-mail: cangussu.isolados@gmail.com.

3 Doutoranda pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, MAE/USP. E-mail: laura.furquim@usp.br

Elas dão início, junto à criação do MPI, a um momento histórico em que indígenas, pela primeira vez, assumem cargos no alto escalão do executivo federal.

Em sua posse, a nova presidente da Funai assinou, como ato simbólico, a portaria de restrição de uso da Terra Indígena Jacareúba/Katawixi, habitada por povo indígena isolado tupi-kawahiva, cuja renovação vinha sendo barrada pelo governo anterior. Em contrapartida, passados quase um ano de mandato, nenhuma TI aguardando a finalização do processo demarcatório foi homologada, e o moroso e insipiente combate ao garimpo em território yanomami, revelam grandes dificuldades do governo, agravando uma crise humanitária sem precedentes desse.

O debate sobre a tese do Marco Temporal no cenário político do país é algo que também merece nota aqui. O presidente Lula vetou parcialmente o Projeto de Lei (PL) 2903 e retirou o Marco Temporal da proposta original. Outros vetos importantes desta proposta se relacionam ao cultivo de espécies transgênicas em TIs e à construção de grandes obras de infraestrutura, como hidrelétricas e rodovias, sem consulta. Artigos que flexibilizaram as políticas de proteção aos povos indígenas isolados também foram retirados. Apesar dos vetos, o movimento indígena entende que alguns dos artigos mantidos podem ampliar o assédio aos territórios indígenas e relativizar o usufruto exclusivo. Os vetos agora serão analisados pelo Congresso Nacional, em uma sessão conjunta entre Deputados e Senadores, com data a ser definida. A ala ruralista do Congresso ainda pode derrubar todos esses vetos e aprovar essa lei que legitima crimes contra os povos indígenas. Mesmo que não definitivos, os avanços isolados se apresentam ainda incipientes e frágeis frente aos grandes desafios crônicos relacionados ao enfraquecimento da pauta indígena de interesse dos grupos políticos anti-indígenas que ocupam as poltronas da Câmara dos Deputados e Senado Federal. O ano de 2023 fecha com o aprimoramento pela Funai de ferramentas para a produção de informações sobre povos de recente contato, e uma atualização da lista de dos povos assim considerados: Akuntsu, Arara, Araweté, Avá-Canoeiro, Awa Guajá, Dâw, Enawene-nawe, Hupd'äh, Juma, Kanoe, Kinja, Korubo, Madija-Kulina, Nadëb, Parakanã, Pirahã, Povo do Xinane, Suruwaha, Tsohom-djapa, Yanomami, Yuhupdeh e Zo'é.⁴

4 Ver: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/funai-aprimora-ferramenta-de-informacoes-sobre-povos-indigenas-de-recente-contato>

Diante desse contexto, a segunda parte de nosso dossiê segue o propósito inicial de contribuir para ampliar a reflexão acerca dos distintos históricos de contato e resistência vividos por povos em isolamento e em contato inicial, com um foco especial em indígenas de línguas tupi, apresentando estratégias e metodologias que vêm sendo construídas e aplicadas mediante as referidas políticas de proteção. Ressaltam-se duas mudanças no conteúdo previsto inicialmente. A primeira, foi a retirada do artigo de Dominique Tilkin Gallois pela autora, que havíamos mencionado anteriormente na abertura do dossiê. Por sua vez, fomos agraciados pela inclusão de entrevista com o indigenista Altair Algayer, que nos apresenta com maior detalhe a atuação da Frente de Proteção Etnoambiental Guaporé no estado de Rondônia, tanto com povos isolados quanto com de recente contato.